

Resolução nº 0291/2017 -CR

Dispõe sobre recurso interposto contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR, referente ao Auto de Infração nº 33486**, em nome da empresa **Viação Lopes Sobrinho Ltda - ME.**, conforme processo nº **201700029002526**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o que dispõe o inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 005/2008-CG, do Conselho de Gestão da AGR, datada de 14 de fevereiro de 2008, que trata da regulamentação da prestação dos serviços de fretamento no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa Viação Lopes Sobrinho Ltda - ME., interpôs recurso em tempo hábil, demonstrando seu inconformismo contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, conforme **Resolução nº 0164/2017-CJ**;

Considerando as manifestações constantes do processo e, principalmente, o **voto do relator constante do Relatório 0078/2017**, que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **18/10/2017**,

RESOLVE:

Art. 1º. Decidir pelo **NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO** interposto pela empresa **Viação Lopes Sobrinho Ltda - ME.**, por não apresentar justificativa plausível capaz de modificar ou anular **Auto de Infração nº 33486**, **MANTENDO** seus efeitos legais, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 23 dias do mês de outubro de 2017.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

jacac